

ATA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA

1
2 Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às 14 horas e 15
3 minutos, na sala de reuniões do Conselho Deliberativo, situada no décimo segundo andar
4 do prédio, nº 1.945, da Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre – RS, realizou-se a
5 terceira sessão, no mês, do Colegiado, sob a Presidência do Conselheiro **Luís Fernando**
6 **Alves da Silva**, Presidente do Conselho, e secretariada por mim, Cíntia Philipp, Secretária
7 substituta. **I) Abertura:** Havendo número legal de Conselheiros foi, pela Mesa, declarada
8 aberta a sessão, que contou com a presença dos Conselheiros: **Álvaro de Medeiros,**
9 **Antonio Alberto Andreazza, Antonio de Pádua Vargas Alves, Édino José Alves, Kátia**
10 **Terraciano Moraes, Roberto Max Liebstein e Vera Maria Lessês.** O Conselheiro Bayard
11 Schneider Bernd foi substituído por seu suplente **Alexandre Bobadra.** As assinaturas foram
12 apostas em folha especialmente identificada para registro de presenças, que fica fazendo
13 parte da presente ata. **II) Ausências justificadas: Antônio Vinícius Amaro da Silveira,**
14 **Carlos Eduardo Prates Cogo e Delmar Pacheco da Luz.** **III) Leitura e aprovação da ata**
15 **da sessão anterior:** Foi efetuada a leitura da Ata nº. 40 que, depois de aprovada, será
16 assinada por mim, Secretária do Conselho, e pelo Senhor Presidente. **IV) Correspondências**
17 **Recebidas:** Of. CAGE/Gab nº 349/2016, juntamente com o Relatório de auditoria de
18 Exercício 040-64/2016 – Exercício 2015, o qual será objeto de distribuição na próxima
19 semana. **V) Correspondências Expedidas:** Não houve correspondências expedidas. **VI)**
20 **Pauta:** Dando abertura à sessão ordinária, o Presidente passou a palavra ao Diretor
21 Administrativo-Financeiro, Nilton Donato para falar em relação ao primeiro item da pauta,
22 que trata da falta de repasses de verbas do FAS (Fundo de Assistência à Saúde) e do
23 Fundoprev. O Diretor Administrativo-Financeiro esclareceu que com relação à questão
24 orçamentária, a autarquia precisa de alguns créditos suplementares e que o Instituto tem até
25 o dia 05/12/16 para fazer essa solicitação. A contabilidade está encaminhando junto à
26 Fazenda a solicitação desses créditos. Quanto à questão financeira, não existe pendência
27 financeira do Fundoprev, existem apenas algumas pendências em relação ao salário
28 maternidade e licença saúde. Em relação às receitas do FAS, o estado retém os 3,1% da
29 parte que é descontada dos servidores e repassa ao fundo. Já a parte patronal do FAS,
30 possui uma pendência na ordem de cento e oitenta milhões. Além desse valor, existe outra
31 discussão em relação à parte patronal dos ex-combatentes e das pensionistas. O estado
32 entendeu que os ex-combatentes teriam direito à saúde e que depois ressarciria o IPE-
33 Saúde. O Instituto tem um valor aproximado de dez milhões a ser cobrado do Estado e um
34 valor de cerca de oitenta e três milhões referentes às pensionistas, porém esse último valor

35 é passível de discussão, visto que somente o IPE aponta essa cobrança, pois não se
36 identificou qual órgão seria responsável pelo pagamento das pensões. A tendência é de
37 que, em breve, esse valor tenha que ser repostado, em virtude de que o fluxo de caixa da
38 Saúde, há alguns meses, tem sido negativo, está se gastando mais em saúde do que se
39 arrecada com as contribuições. Nesse mês de dezembro, a diretoria de saúde já firmou
40 compromisso de antecipar o pagamento dos prestadores, fechando em torno de cento e
41 setenta milhões de reais, sendo que o caixa possui um valor na ordem de noventa milhões.
42 Em relação aos repasses por parte dos demais poderes, o Diretor não soube precisar se há
43 pendência, mas acredita estar em dia. O IPE- Saúde tem recebido as verbas de acordo com
44 o parcelamento dos salários dos servidores. O problema é que há um descasamento entre
45 receita e despesa. Mensalmente estão se esgotando as reservas financeiras do FAS. Em
46 breve terá que se corrigir essa equação, aumentando a receita ou diminuindo a despesa. O
47 Conselheiro Édino Alves esclareceu que o Estado não está deixando de repassar as
48 contribuições patronais, mas que tem havido atraso no repasse, que deve estar em três ou
49 quatro meses. Diretor Nilton acrescentou que o Fluxo de Caixa do FAS vem negativo há
50 meses e talvez há mais de um ano. O Conselheiro Antonio Andreazza, representante dos
51 usuários, manifestou descontentamento quanto ao descumprimento das obrigações por
52 parte do Governo e da falta de cobrança por parte da Diretoria do IPE. Diretor Nilton relatou
53 que os créditos apesar de atrasados, estão sendo cobrados. Segundo ele, já se estudam
54 formas de aumentar a receita e uma delas seria cobrar mais dos contribuintes. A
55 Conselheira Vera Lessês declarou não aceitar que se cobre mais dos usuários, que espera
56 que os gestores do IPE busquem receber os valores desses débitos e que o Estado deve
57 pagar a parte dele. Diretor Nilton ponderou que o pagamento dos prestadores vem sendo
58 feito rigorosamente em dia. Contudo, o problema do credenciamento dos médicos é que
59 eles alegam estarem recebendo muito pouco e o IPE não tem como pagar mais. Abordando
60 sobre a questão do parcelamento de salários, o Conselheiro Alexandre Bobadra declarou
61 que o IPE, por ser uma autarquia, deveria ter autonomia financeira e neste caso, não
62 entende por que os servidores estão recebendo seus salários parcelados. O Diretor
63 Administrativo respondeu que o Estado tem servidores de diversos órgãos e que, na falta de
64 recursos, o Governo entendeu que no final do mês, do total dos recursos disponíveis em
65 caixa, ele dividiria entre todos os servidores, que receberiam igualmente, para não tratar
66 nenhum servidor com distinção. Dentro desse cenário, os outros poderes, por enquanto
67 ficaram de fora e uma ou duas autarquias. Ademais, o Governo do Estado quer tratar todos
68 os servidores de forma isonômica e todos irão receber o mesmo valor. Entretanto, havendo

69 decisões judiciais, o governo cumprirá na medida do possível. O conselheiro Roberto
70 comentou sobre o histórico do IPE e quanto à legislação que confere ao Instituto autonomia
71 administrativa e financeira. Ele fez um relato a respeito de ação judicial que o Sindipe
72 ingressou há quatro meses para integralização dos salários dos servidores e que houve
73 determinação favorável por parte da justiça para que fosse cumprida. No entanto, ele disse
74 não compreender por que a Diretoria da Autarquia não vem cumprindo as liminares, as
75 quais são enviadas para a Procuradoria Geral do Estado, o que acaba somente aumentando
76 o tempo para o cumprimento, visto que a Procuradoria não consegue recorrer das decisões.
77 Diretor Nilton informou que existe uma prática administrativa e que a questão judicial está a
78 cargo da Procuradoria Geral do Estado, por isso o Instituto cumpre as decisões conforme
79 entendimento da PGE. A Diretoria do IPE segue a norma legal e as diretrizes do Governo do
80 Estado. Discutiu-se sobre a autonomia financeira e orçamentária do Instituto e do fato de,
81 diferentemente de outras autarquias, o IPE não ter receita própria. Diretor Nilton informou a
82 falta de cinquenta e cinco milhões para cobrir a conta da folha de pagamento, salientando
83 que não se podem utilizar recursos do FAS para esse fim, dado que os recursos do fundo só
84 podem ser utilizados para despesas da Saúde. O Conselheiro Alexandre sugeriu fazer uma
85 moção para pagamento em dia dos salários dos servidores do IPE. O Presidente Luís
86 Fernando considerou não caber ao conselho essa posição de forma institucional, em razão
87 de que qualquer decisão judicial deve ser cumprida e também pelo fato de haver
88 representações de diferentes interesses no conselho. Quanto ao problema da dívida
89 histórica dos entes públicos em relação ao IPE, o Diretor Nilton expôs que há um processo
90 de nº0504-2442/16-9, tramitando na PGE, o qual consulta sobre procedimentos a serem
91 adotados em relação à cobrança de créditos do IPE-Saúde e de inscrição em dívida ativa de
92 créditos a favor do IPE das cotas das pensionistas. Já existe discussão sobre o assunto em
93 relação aos demais poderes e das cotas das pensionistas, o estudo está na PGE para
94 análise e conclusão se é devido. O Diretor afirmou que conversou com a Dra. Claudia,
95 Agente Setorial da PGE, e que esse processo está circulando dentro das subprocuradorias
96 especializadas e ainda não tem resposta final. Com relação à parte financeira, ele explicou
97 que existe um relatório chamado CDI (controle de devedores do IPE) que aponta devedores
98 do IPE no grupo de dívidas, em torno de seis bilhões de reais, e a contabilidade registra dois
99 bilhões e trezentos milhões. No entanto, os outros órgãos não reconhecem a dívida. Se a
100 PGE admitir que os créditos não estiverem prescritos, o IPE ainda terá que transformar em
101 um título de dívida para executar os devedores. O Presidente do Conselho mencionou que o
102 relatório de auditoria da CAGE nº040/64/2016 - Exercício 2015, hoje recebido, aponta

103 inconsistências contábeis registradas em 2013 e 2014. Ele realizou uma leitura prévia a
104 respeito das recomendações da CAGE quanto às inconsistências contábeis referentes ao
105 Exercício de 2015. De acordo com o relatório, realizou-se nova análise sobre os devedores
106 do IPE cuja atualização foi feita até 31 de maio de 2016, do ano de 1990 a 2010, haveria um
107 valor de cinco bilhões e oitocentos e setenta e quatro milhões, que supostamente estariam
108 prescritos e do período de 2011 a 2016, haveria um crédito no valor de trezentos e quarenta
109 e três milhões e seiscentos e seis mil reais, ainda não prescritos. O Presidente propôs
110 sugerir à direção do IPE que se verifique a possibilidade de estabelecer uma mesa redonda
111 com todos os devedores, de forma a clarear a real situação e as reais possibilidades de
112 recebimento dos valores que vem sempre sendo apontados, porém sempre com discursos
113 antagônicos de acordo com o momento. No caso de não haver consenso, que se analise o
114 que se pode fazer pela via judicial. O Conselheiro Alexandre sugeriu fazer uma negociação
115 política com os outros poderes ao que o Diretor Nilton argumentou que os devedores não
116 reconhecem as dívidas. Ficou como encaminhamento expedir correspondência à diretoria
117 executiva, solicitando que seja feita uma negociação com os órgãos devedores a fim de
118 encontrar uma solução definitiva. Dado o adiantado da hora, não houve Assuntos de Ordem
119 Geral. **VII) Pauta da próxima sessão:** não ficou estabelecida pauta para a próxima sessão.
120 **VIII) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 16 horas e 30
121 minutos, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata, que será objeto de leitura e
122 aprovação na próxima sessão, sendo assinada por mim, Cíntia Philipp, Secretária substituta,
123 e pelo Senhor Presidente. -*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-*

124 Sala de reuniões, 30 de novembro de 2016.

125

Cíntia Philipp
Secretária Substituta

Luís Fernando Alves da Silva
Presidente

126